
Secretaria de Estado de Justiça, Família e Trabalho - SEJUF/PR
Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência Reunião Ordinária
COEDE/PR – 11 de Maio 2020

Aos onze dias do mês de maio do ano de 2020, às quatorze horas, na sala 5b, no quinto andar, da Secretária de Estado de Justiça, Família e Trabalho – SEJUF, situada no Palácio das Araucárias, à rua Jacy Loureiro de Campos, s/n, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, iniciou-se a reunião ordinária com a primeira chamada pela Presidente Sra. Carla Regina Wingert de Moraes, com participantes por webconferência, estiveram presentes na sala 5b o conselheiro Mario Sérgio da SEED/ESPORTE, a conselheira Celma Gomes, representante da FENEIS e os intérpretes de libras, cedidos pela Secretaria de Educação Sra. Joana Bonato e o Sr. Joelmo Rosa, auxiliando a conselheira Celma deficiente auditiva, e presentes on-line os Conselheiros Governamentais: Luís Felipe Braga Cortês – SEJUF/DGDPcD; Aline de Oliveira – SESA; Samanta Krevoruczka da SEJUF/DAS; Paula Tavares – SEPL. e Conselheiros da Sociedade Civil: **Conselheiros da Sociedade Civil:** Alexandre Sallum-Associação dos Deficientes Fisicos do Paraná-ADFP; Rodrigo Nicolini Dias - Associação dos Deficientes Fisicos de Cianorte - ADFIC; Celma Juliane Siqueira Gomes - Federação Nacional de Educação Integrada dos Surdos – FENEIS; Carla Regina Wingert de Moraes - APAE de Palmas; Júlio Cezar Viana – APAE de Maringá; Gilson Mensato – APAE de Ibiporã; Regiane Aparecida de Maia Moreira – APAE de Tijucas do Sul; Clecy Aparecida Grigoli Zardo – Marilândia do Sul; Elidiamara Simões Nunes – APAE de Umuarama; Maria de Lourdes Correia de Farias Moser – APAE de Cândido de Abreu; Maricleia Gemelli Chaves – APAE de Guaraniçu; Convidados: Dra. Rosana Beraldi Bevervanço – MP, **1. Aprovação da Pauta:** pauta aprovada.**2. Informes da Secretaria-Executiva: Justificativas de Ausência:** Isaac Ferreira e Abimael Mardegan SEJUF/DET; **Pauta 1. 1. Comissão de Políticas Básicas 1-Ofício 084/2020 MP-CAOPI.** A Presidente Carla Regina, inicia a reunião lendo as duas perguntas contidas no ofício 084-MP-CAOPI, neste momento a presidente passa a palavra para o conselheiro Gilson, que cumprimenta a todos e fala da planilha que fez referente ao ofício 084, que leu todos os ofícios e os planilhou e viu quais os municípios que estavam fazendo alguma ação específica para os pcds, e ficou muito claro que não foi preparado nenhuma ação para os pcds, mesmo os municípios tendo colocado as Secretarias a disposição, e que muitos municípios deixaram a responsabilidade para as pessoas com deficiência para as APAES e outras instituições que prestam serviço de acolhimento, e que estão fazendo um belo trabalho com este serviço para os pcds, e que destaca os pontos positivos e negativos, e o positivo em relação a este planilhamento é que apesar de não ter nenhuma ação específica a maioria dos municípios colocaram a rede de proteção para fazer este trabalho, e que isto é muito bom para minimizar os impactos da pandemia para os pcdS e que muitos deles disponibilizando os materiais de higiene e alimentação e orientações e garantias dos benefícios emergenciais, como orientação de saúde, atendimento emergencial e atendimento prioritário na rede, esses é um dos pontos positivos que observou nesses municípios que enviaram os ofícios, mas o que chamou

muito atenção e que alguns municípios não se preocuparam com o atendimento as pessoas com deficiência, sendo negligente em relação a esse ponto, e como exemplo o município do Rio Branco do Ivaí, que sua resposta foi que não tinha informação se alguma APAE ESTARIA realizará alguma ação em relação a pessoa com deficiência e que na opinião dele deixou claro a negligência em relação aos PcD e outro ponto negativo é o município de juranda que nos decretos municipais a pessoa com deficiência não foi mencionada por se tratar de um município de menor porte com poucas pessoas com deficiência, essa foi a resposta do município e ressalta, onde já se viu um município que por ter poucas pessoas com deficiência não as incluí-las num decreto municipal e acha que foi um ato de negligência em relação aos PcDs, fala que a maioria das Secretarias de saúde dos municípios não criaram nenhuma ação específica para os PcDs, e outros municípios que não responderam o ofício 084-MP, por não ter conselho Pcd e não reponderam nada, nenhuma ação, o que é muito preocupante, e o que mais o preocupou é o baixo número de respostas, pois temos 399 municípios e apenas 66 responderam e pelo percentual seria 16,54% dos municípios o que acha muito baixo e não sabe qual a atitude poderá ser tomada em relação a isto e pede orientação para Dra. Rosana quanto a falta de resposta dos municípios, e termina dizendo que o que queria expor para todos seria isto em relação aos pontos positivos e negativos do planilhamento, neste momento o conselheiro Mario Sergio pede a palavra e pergunta sobre as repostas aos municípios se não houve uma ação específica para as pessoas com deficiência, mas que de última análise as pessoas com deficiência estariam tendo um atendimento dos municípios, não especificamente para eles mas dentro de um sistema maior o conselheiro Gilson confirma que tem uma ação específica para as pessoas com deficiência conforme está na planilha mas em sua grande maioria deixaram a rede de proteção para dar o suporte necessário quando são procurados pela pessoa com deficiência e que a maioria dos municípios estão deixando a cargo das entidades fazerem este trabalho, a secretaria executiva pergunta se alguém ais gostaria de se manifestar quanto a planilha e a presidente se manifesta pergunta se alguém tem mais alguma colocação para que seja feito o encaminhamento, o conselheiro Ivã se manifesta parabenizando ao conselheiro Gilson, pela planilha e trabalho referente as respostas dos municípios e solicita para ficar mais claro que seja socializado no grupo de whatsapp este trabalho, para que os outros conselheiros tenham acesso a esta planilha e os escritórios regionais que mesmo não sendo um número tão expressivo mexeu com o estado todo um trabalho bem importante que faz com que os municípios que não tenham o trabalho de politica para a pessoa com deficiência passem a ter ou passem a se preocupar, pois este é o momento de tensionar para se ter este tipo de politica, a conselheira Carla informa que enviará o trabalho no grupo, tanto o relatório quanto ao relato inicial e caso seja aprovado será transformado em ofício de resposta para encaminhamento ao MP, o conselheiro Alexandre pergunta se é possível tornar publico este trabalho apra exemplo a outros municípios, a conselheira Carla informa ao conselheiros que todas as reuniões e encaminhamentos feito, são publicizados no site do COEDE, e que na hora que for feito o encaminhamento de orientação aos Municípios, pode ser mencionado que só 16%54 dos municípios responderam, a presidente Carla explica a Dra. Rosana que perdeu a fala devido a problemas de sinal, que foi construído pelo grupo de trabalho em especial com o conselheiro Ivã, uma espécie de ralado que será

transformado em ofício informando quais foram as providências no caso do COEDE e algumas sugestões de encaminhamento pra frente de trabalho, encaminhamentos e e-mail a Secretaria de Educação; Saúde Assistência Social e segurança pública, solicitando informações de quais são as tratativas referente ao covid19 as pessoas com deficiência e replicação de materiais que vieram do CONADE e algumas portarias, e a sugestão seria de uma nota ou carta pública do COEDE referente ao COVID19, foi até discutido no grupo de trabalho apresentar uma minuta deste ofício, porém achou-se melhor sendo aprovado em plenária, reuni-se o grupo de trabalho e elaborar esta nota ou carta de encaminhamento a todos os Municípios e Secretarias e publicizada no site, volta-se a perguntar ao conselheiro Gilson se ele está de acordo, se tem alguma colocação a fazer a respeito do ofício, o mesmo informa que teve problemas com o sinal que está caindo muito e que gostaria de complementar a análise e ressaltar que dentre esses 66 municípios que responderam apenas seis têm conselho municipal PcD, que seria outro desafio para o COEDE tentar implantar o máximo possível de conselhos sabe que não depende só do COEDE e também dos gestores municipais, e pergunta se a Dra. Rosana quer que seja explicado novamente, caso não tenha conseguido ouvir, a Dra. Rosana agradece e fala que já teve uma compreensão, compreensão com susto também pelo índice de baixa resposta e da qualidade das respostas, pois viu municípios que não são pequenos e deram respostas absolutamente insatisfatório, isso mostra a realidade de política públicas para PcD no interior do estado e que é extraordinariamente preocupante a ausência de conselhos em grande parte dos municípios, isto prejudica enormemente a implementação de políticas públicas inclusive de criação de fundos, que adiante viu em uma pauta questão do município que houve uma ação do MP de reparação de danos coletivos, o promotor indicou que a condenação fosse destinada para o fundo nacional da pessoa com deficiência que não existe, fundo estadual que também não existe, embora sabe que a SEJUF esta fazendo um esforço para que isso aconteça, e muito menos existem fundos municipais, imagine se tivesse fundo municipal PcD lá onde aconteceu o dano, receberia o dinheiro da justiça, e fala que é assustador o resultado e que louva o trabalho dos conselheiros, e que a provocação do MP realmente é neste sentido de chamar atenção do desprovimento de política satisfatória que temos que movimentar isso especialmente agora na pandemia finaliza dizendo que são essas as considerações e se tiverem alguma dúvida estão as ordens. A presidente se pronuncia esse não tiver mais nenhum esclarecimento pelos demais conselheiros, que poderia se fazer os encaminhamentos, o conselheiro Ivã pede a palavra e fala que a sugestão é que tem que dar como aprovado os relatos e a planilha, que se tem que responder em formato de ofício e anexado a planilha do conselheiro Gilson como resposta ao MP formalmente e de acordo com a conselheira Carla a elaboração de uma nota do COEDE, contendo alguns apontamentos, algumas diretrizes para os municípios tratem do covid19, a conselheira Carla fala quando se colocar em votação será considerado o silêncio como aprovação, a conselheira Claudia fala que perdeu algumas falas por conta do sinal, que está cortando muito, e que acha interessante como foi solicitado a manifestação as Secretarias de Estado com relação a este momento que estamos passando por motivo da pandemia, e fala que não deixe o assunto esfriar, que deve ser resgatado o trabalho feito com mais enase nos municípios onde tem o conselho PcD, e que não sabe se tiveram o levantamento de quantos municípios que tem

conselhos que se manifestaram e qual foi a resposta, que teria que intensificar justamente o trabalho nestes municípios, que o conselho teria que ser mais atuante e não ficar delegando para entidades a responsabilidade que muitas vezes é do conselho e que não tem APAE em todos os municípios, que precisa ser retomado isso enquanto conselho, talvez daqui a mais alguns dias retomar as próprias ações que os municípios estão fazendo com relação a pandemia e relação a pessoa com deficiência, a conselheira Carla esclarece que o conselheiro Gilson colocou que dos 66 municípios somente 6 que responderam que tem conselho e ressalta que são muito pouco, e acredita que se os encaminhamentos sejam responder o ofício com os dados até o momento para o MP e dentro das possibilidades e gostaria de saber se a Aline entrou nasala para verificar a saúde, assistência social e segurança pública quantos dias demorariam para enviar o ofício com estas informações e que depois seria enviado em anexo etas resposta ao MP, e, com certeza, existe esta necessidade de fomentar, e fala que teve uma reunião da sociedade civil do COEDE na semana passada, para se conhecerem os novos conselheiros que por conta das reuniões a distância é mais difícil e que uma das metas principais que foi discutida, e vai colocar par frete é esta questão de ampliação de conselhos municipais e fomentar e reativar estes e a última vez como dados que foi recebido por ela como conselheira da gestão anterior é que tinha cerca de 99 municípios com conselhos, sendo que destes 50 e poucos respondiam que estava em funcionamento e que precisa ser retomado isso e que só mencionaram a questão e não foi discutido profundamente e que só esta colocando para que os demais conselheiros soubesse desta reunião feita na quinta passada, com o objetivo principal era o conhecimento dos conselheiros da sociedade civil e também o entendimento mais aprofundado do próprio regimento e algumas pautas em discussão e que seria dado alguns encaminhamentos e nesta lógica, não procurar começar só o que é extremamente necessário e fazer o controle de pauta e vê se é possível fazer as reuniões das comissões e colocar na comissão de capacitação esta pauta e não deixar para discutir quando forem se encontrar presencialmente, e ir lançando este trabalho por conta de não fazer esta movimentação e os municípios também tem a dificuldade de se reunir e que onde não tem conselho não seria o momento, mas fazer cobrança e participação onde tem constituído é possível sim, a presidente pergunta se mais alguém quer fazer uma colocação, e pede que se todos concordarem que fiquem em silêncio, fica aprovado como encaminhamento da nota publica, e pergunta se algum conselheiro se disponibiliza para a escrita desta nota publica, o conselheiro Ivã se voluntária e a conselheira Claudia, também se voluntária para auxiliá-lo e fala que o conselheiro Gilson e a conselheira Carla dará continuidade, e fala que será enviada ao grupo de whatsapp e depois seria publicizada, o conselheiro Ivã sugestiona para que o colegiado desse autonomia para este grupo de trabalho para a elaboração da nota e aprovar a nota devido à urgência o momento, a conselheira Carla pergunta se algum tem alguma objeção, o conselheiro Thiago esclarece que esta autonomia seria somente para esta proposta e que qualquer outra demanda seja trazida para ciência do conselho, e o conselheiro Ivã concorda e ressalta que jamais seria diferente e que também tivesse presente na nota uma orientação do afastamento na quarentena quando se é servidor PcD e principalmente quando o deficiente é visual devido o contato ser muito no tato, a conselheira Celma pergunta se haverá tradução da nota em libras, a conselheira

Carla que o que for necessário que a conselheira faça uma orientação que fique acessível, a conselheira concorda, em fazer o complemento, a conselheira Carla fala que são várias questões que estas 4 pessoas do grupo de trabalho terão que ter atenção maior, e completa que além de deixarem muitas responsabilidades em cima das instituições, tem que ter uma atenção muito grande por que as pessoas com deficiência atendidas pelas Apaes, tem deficiência intelectual e associada e nos municípios onde informaram que a Apae está fazendo os atendimentos, os outros segmentos está descoberto ninguém está fazendo o atendimento, então a nota tem que deixar clara uma chamada de atenção, que a responsabilidade não é só das instituições e que não são só pessoas com deficiência em instituições que deverão ser atendidas, e sim todas as pessoas do município devem ser atendidas e ter esta atenção e orientações, fica aprovado o encaminhamento da elaboração da nota pública, fica aprovado também, usando o relato feito pelo grupo de trabalho que será transformado em ofício que será encaminhado como resposta ao MP. Segue a pauta **2.2 - Garantias de Direitos**, neste momento o link da reunião cai, todos os conselheiros acessam novamente o link da reunião, no qual gera constrangimentos e a presidente solicita que se registre em ata que não é possível fazer reunião desta forma, que a reunião não está sendo acessível, que nem todos estão conseguindo acompanhar devido o link esta caindo, e está tendo dificuldade de compreensão de alguns conselheiros, a conselheira Samanta pede a palavra e fala que esta também achando difícil a reunião, mas para registrar fala que deve esta acontecendo alguma coisa com a internet no mundo mesmo e que tem feito reunião no CEAS é difícil cair, e acha que a rede mundial não está facilitando esta reunião, a conselheira Carla fala que também participa das reuniões do CEAS e isso não acontece, a secretaria executiva Jane se manifesta informando que esta na sala 5B, por não ter sido possível a reunião sala de gestão por perda da chave, e sabe que outro conselho como o do CEDCA já fez a reunião nesta sala que também foi informada que tem caído o link e fala que não sabe se especialmente hoje está com problema de acesso segue a reunião com a fala da secretária executiva perguntando se pode dar continuidade a pauta, a conselheira Carla interrompe e fala que duas conselheiras não estão conseguindo acessar a sala de reunião, a Dra. Rosana se manifesta informando que preocupa com o acesso à reunião, por conta da conselheira com deficiência auditiva, a secretária executiva Jane informa a Dra. Rosana que a conselheira que tem deficiência auditiva esta presente na sala, ela agradece e a presidente Carla complementa a Dra. Rosana que para esta reunião conversou com a conselheira Celma que seria melhor ela está na sala presente acompanhada de os interpretes e não como foi na reunião anterior que o intérprete esta on-line dificultando o acesso da mesma, fala que o vice-presidente conversou com a conselheira da Claudia da SEED e solicitou a presença do intérprete, mas que se preocupa com os demais na reunião por esta caindo, a Dra. Rosana fala da preocupação com reunião por esta caindo que tem feito outras reuniões onde esta seguindo normalmente e se preocupa com o entendimento dos conselheiros, e tem que se avalia o prejuízo desta reunião, a conselheira Claudia se manifesta e fala que só conseguiu se conectar agora e fala que esta bem prejudicada a reunião, a secretária executiva Jane informa que a reunião ainda não começou, que está esperando todos se conectarem, o conselheiro Ivã interrompe que o problema está acontecendo com a reunião de hoje, que este app zoom não é pago e sim gratuito e que sendo esta plataforma

gratuita, só temos 40 minutos de reunião e depois, temos que se reconectar novamente e por isso esta acontecendo estas questões, que para a deficiência visual dele o melhor app no caso seria o zoom, pois o mesmo já tem leitura de tela acessível a Dra. Rosana fala que a plataforma que mais tem dado certa para o MP é o google meet e complementa dizendo que deveria ser feito um aproveitamento daquilo que foi aprovado nesta reunião e deixar para uma continuidade desta reunião em outra data com a mesma pauta, por que acredita que até a votação sendo dada continuidade desta reunião fica prejudicada e que há uma diferença muito grande para os que estavam e para o que estão agora, o conselheiro Ivã concorda com a fala da Dra. Rosana, e o conselheiro Mario Sergio se manifesta dizendo que concorda com a fala da Dra. Rosana e que jamais poderíamos prejudicar aqui lo que já foi aprovado ou da pauta passada e fala deste momento que não está conseguindo acompanhar a uma descontinuidade que atrapalha qualquer andamento da reunião, e se refere ao Ivã que sem dúvida e em nenhuma hipótese qualquer trazer algo inacessível no caso para ele que está usado o leitor de telas e pergunta como ele sugere, e se existe um zoom que é pago e com menos problemas seria o mínimo que a Secretaria poderia fazer para as reuniões, a conselheira e presidente Carla se manifesta dizendo que vai conversar com o conselheiro Felipe que acompanhe as providências, porque para ele fica mais fácil por estar mais próximo e que irão ter outras questões para garantir a acessibilidade para uma nova data, precisará dos interpretes para a conselheira Celma m as entende que não há possibilidade de continuidade desta reunião, uma vez que não estão se entendendo, quer que fique registrado que foi feito a reunião do CEAS que o tempo é bem maior, que entrou em contato com a secretária executiva do CEAS Juliana Muller e fez uma reunião com os conselheiros da sociedade civil e não houve queda na reunião, reunião de mais de duas horas, então acredita que tenha alguma questão que tenha que ser encaminhada de forma diferente para que garanta as condições de participação, o conselheiro Ivã fala que esta falta de acesso, seria por conta do zoom não pago, ele diz que existe um acesso do governo de zoom pago, a secretária executiva Jane fala que não sabe deste zoom pago e que verificará quanto o acesso para a próxima reunião e que agendará a sala de gestão no 7 andar, a presidente Carla complementa que verificou a data de reunião que esta no calendário de reunião e que amanhã confirmará, que falará com o Felipe e que é necessário que se tenha a garantia, que entende que tem 17 a 22 pessoas que está demandando, deixando seus trabalhos particulares e seus compromissos, enfim deixando seus trabalhos para priorizar a agenda e aparece esta dificuldade e precisa-se que tudo que se possa ser feito antecipadamente para que não aconteça uma situação como esta de agora seja feito, ressalta que não está dizendo que a responsabilidade seja da secretária executiva Jane, que esta responsabilidade já conversada com o Felipe da estrutura para o funcionamento do conselho seja da SEJUF, a secretária executiva pergunta se vai continuar a reunião ou será suspensa com proposta de outra data para uma extraordinária de continuidade desta pauta, para ser agendada, a presidente Carla confirma que o encaminhamento da pauta do covid 19 seja mantida e que definir a próxima data não tem como ser feita agora precisa ter antecipação para garantir a acessibilidade a todos e é preciso que todos os conselheiros fiquem cientes e agora entra uma questão de pauta por que tem vários outros conselhos que tem agenda na sala e a questão da garantia do próprio intérprete, a secretária executiva Jane, pergunta se os conselheiros

querem a próxima reunião o dia todo ou somente pela parte da tarde, a conselheira Carla coloca em proposta a votação para meio período para finalizar esta pauta, conselheiro Ivã concorda e propõe que a data seja acordada entre a presidente e a secretária executiva, a conselheira Claudia se manifesta dizendo que a preocupação é grande quanto aos interpretes, assim como o conselheiro Ivã colocou muito bem a questão da acessibilidade para ele com as ferramentas tecnológicas, tem que ser assegurado o acesso para a conselheira Celma e que não tem como assegurar assim em cima da hora que vá conseguir os interpretes, por que os interpretes estão gravando aulas direto das 8 as 9 da noite, e que precisa de uma antecedência, e que os dois que estão nesta reunião o Joelmo e a Joana, e não tem como de uma semana para outra agilizar estes interpretes e gostaria que se fosse possível avisassem com antecedência, até que o conselho se organize e tenha realmente um intérprete, por fica complicado do dia para noite conseguir intérprete, o conselheiro Mario Sergio se manifesta com uma pergunta de qual seria o prazo razoável para que os interpretes possam ser providenciados, por que em hipótese alguma ele defenderia uma posição que não garantisse a conselheira Celma ou as pessoas com deficiência auditiva esses interpretes, a conselheira Claudia responde ao conselheiro Mario informando que os interpretes da SEED é um intérprete pra estar na escola, por que tem que estar lá na escola fazendo o trabalho dele lá no CAS, que a Secretaria disponibiliza já faz muito tempo estes interpretes para o COEDE, o que acontece neste momento é que eles estão gravando em media de 35 a 40 aulas por dia e que precisa ver qual é o cronograma que eles tem lá, e que hoje por sorte eles reduziram um pouco das atividades e conseguiu-se que eles viessem, e que são quatro studios e que cada studio ficam dois interpretes para poderem se revesar e que estão somente com sete interpretes e que precisa saber quando vai ser a reunião e que espera que não seja de hoje para amanhã e nem de amanhã para sexta para que possa se organizar neste sentido, a conselheira Carla fala que a proposta dela é que a reunião fica adiada, que a secretária executiva Jane fica encarregada de agendar a sala no sétimo andar e o apoio da informática e assim que ela passe com bastante brevidade o agendamento, ela já entra em contato com a conselheira Claudia, neste momento o conselheiro Ivã sugere que Carla a Jane e Claudia trabalhem junto para organizar a sala, e presidente Carla fala que não seja com menos de sete dias ou uma semana, até para que seja enviado o e-mail convocando e garantindo que a reunião não aconteça o que aconteceu hoje, a presidente pergunta se alguém gostaria de fazer alguma colação, a Dra. Rosana informa que não poderia está presente no dia 21 e se possível não fazer no dia 21, a secretária executiva registra a data da Dra. Rosana, a presidente pede desculpa em nome do COEDE e fala que a secretária executiva também e fala que podemos verificar se isso foi uma situação e estabilidade da internet ou foi a questão não ter tido estrutura para acontecer a reunião, agradece a presença de todos e fala que voltará a se comunicar, a secretária executiva Jane agradece e pede desculpa a todos e fala que será enviado o e-mail com a nova data da reunião extraordinária. Esta ata foi redigida pela secretária executiva Jane Vasques e será encaminhada aos conselheiros para aprovação e depois de aprovada será publicada no DIOE e publicizada no site do COEDE.

DIOE nº 10733 de 22/07/2020.

Rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº. Palácio das Araucárias | Centro Cívico
80.530-915 | Curitiba | Paraná | Brasil | www.coede.pr.gov.br

